

# O atestado da crise

Há uma aceleração dos acontecimentos na arena político-financeira. Se ocorresse apenas no campo político, ou só no financeiro, esse fenômeno seria motivo de sérias apreensões. Dando-se simultaneamente nos dois, mostra que a crise do *Estado das estatais* caminha para um estágio em que são possíveis *n* soluções, todas elas aleatórias.

No terreno político, a crise salta aos olhos de todos: é a inviabilidade do governo Sarney, cercado de desconfiança por todos os lados e açoitado diariamente por novas denúncias de corrupção, as quais, se não atingem o chefe de governo e o primeiro escalão administrativo, apontam para uma deterioração do clima moral em que orbita a administração pública. A crise, convenhamos, não é apenas dessas que merece freqüentar a crônica policial — é moral em sentido amplo. Ou pode alguém pensar de outro modo quando só alguns privilegiados sabem que o funcionalismo federal está em greve, e que o chefe de governo, iracundo, fez publicar resolução em que determina aos ministros, secretários-gerais, quem quer que detenha autoridade na administração, que retire o ponto dos grevistas e demita os chefes, subchefes, todos enfim que exercem função de confiança? Assim como são poucos os que sabem da greve, menos ainda são os que ouviram falar do cumprimento da determinação presidencial.

O governo Sarney limita-se, hoje, às fôlas pelo rádio e pela televisão. Nos jornais já se conta a conhecida piada do servidor do cafezinho, que não é mais visto nos corredores do Palácio do Planalto. Publicamente, o líder do governo na Câmara dos Deputados diz que o presidente poderá apressar o término de seu manda-

to — e quando as reações a sua fala começam a produzir-se, sem que ninguém lamenta o fato, cuida de desmentir a declaração, esclarecendo-a... É a essa crise que se acrescenta, agravando-a, a financeira, mais especificamente a da inflação.

A previsão de 25% de inflação — como mínimo — para junho não deixou aturdidos apenas os 140 milhões de brasileiros que sofrem seus efeitos. Tornou impossível aos técnicos do FMI, que vieram ver a possibilidade de novo acordo com o governo brasileiro, formular qualquer recomendação à direção do organismo internacional. Técnicos, examinando as providências adotadas pelas autoridades financeiras, viram-se diante de terrível dilema profissional: recomendar a assinatura de um acordo e ver o Brasil caminhar celereamente, pela crise política, para a hiperinflação, ou não recomendar o acordo. Nessa hipótese, duas seriam as consequências: uma, a moratória com inflação estabilizada; outra, mais sinistra, a da moratória com hiperinflação. A missão do FMI não quis jogar a reputação técnico-profissional de seus membros em nenhuma dessas hipóteses. Dai, ter encontrado uma solução bem brasileira: esperará que em julho os números da inflação definam para onde pode ir o Brasil para, só então, emitir parecer. Enquanto isso, as nuvens se avolumam no horizonte — pressagas, diga-se de passagem, pois se não houver acordo com o FMI, continuarão congelados empréstimos do Banco Mundial, financiamentos dos bancos comerciais credores e recursos do próprio FMI — algo próximo dos 3 bilhões de dólares para 1989. Sem esse dinheiro novo, o Brasil, em setembro, não poderá pagar os 2,5 bilhões de dólares que deveria amortizar do serviço da dívida. A moratória técnica impor-se-á

— e mais uma vez os que nos palanques defendem a adoção da medida extrema poderão ver que, ao final de tudo, apenas o Brasil sairá perdendo, em créditos financeiros e em credibilidade política.

O grave na situação — pelo menos da óptica dos técnicos do Fundo Monetário Internacional — é que os representantes do organismo internacional reconhecem que o atual governo pouco ou nada mais pode fazer no atual quadro político-constitucional. Em outras palavras, se o governo Sarney chegou ao fim no plano interno, o mesmo pode dizer-se no plano internacional.

A opinião pública brasileira necessita capacitar-se de que o regresso da missão do Fundo Monetário Internacional a Washington sem formular recomendação favorável a um acordo — reservando-se para emitir opinião depois de saber qual a taxa da inflação de julho — significa que passou tacitamente, para a comunidade financeira internacional e para os governos dos países amigos, atestado de que o Brasil está prestes a perder as condições de governabilidade das suas finanças públicas. Pior do que esse atestado, dito, mas não passado a termo, teria sido um rompimento do Brasil com o FMI.

Ao esperar julho para saber se o governo merece crédito, a missão do FMI confirmou em sua opinião quantos no Brasil consideram que a questão não é tanto a de a inflação estar no patamar dos 10 ou dos 30%, mas sim a dramática circunstância de que se perdeu confiança no governo. Agora, mais do que nunca, é hora de substituir a expressão *Deus seja louvado*, que estupidamente se inscreveu nas notas de cruzado, por outra, mais perto da realidade: *Deus nos proteja!*